

A TEORIA DA EMPRESARIZAÇÃO COMO APORTE À COMPREENSÃO DA REALIDADE EDUCACIONAL

THE THEORY OF ENTREPRENEURSHIP AS A CONTRIBUTION TO THE UNDERSTANDING OF EDUCATIONAL REALITY

Débora da Silva Olivo 1
Larissa Ferreira Tavares 2
Marcio Silva Rodrigues 3

Resumo: O presente estudo busca evidenciar no campo da Educação a Teoria da Empresarização, a fim de reconhecer esta perspectiva como um relevante aporte teórico que contribui para a compreensão e o debate em torno da atual realidade educacional. Justificado pela inserção em um contexto social no qual as práticas escolares, sobretudo as referentes ao trabalho docente, têm sido fortemente influenciadas pela ideia de empresa nas organizações, este artigo propõe-se a analisar o processo de empresarização como um fenômeno social que tem na produção de necessidades uma imposição econômica a qual tem redefinido, inclusive, as práticas na Educação. Para tanto, está metodologicamente construído a partir da inserção docente no nível fundamental da rede pública de ensino, associada a referências bibliográficas sobre a Teoria da Empresarização, as quais permitem elaborar uma possibilidade de interpretação dessa realidade.

Palavras-chave: Teoria da Empresarização. Educação. Docentes.

Abstract: The present study aims to highlight the Theory of Entrepreneurship in the field of Education, in order to recognize this perspective as a relevant theoretical contribution that helps the understanding and the debate about the current educational reality. Justified by the insertion in a social context in which school practices, especially those related to teaching work, have been strongly influenced by the idea of enterprise in organizations, this article proposes to discuss the process of entrepreneurship as a social phenomenon that has in the production of needs an economic imposition which has even redefined the practices in Education. For that, it is methodologically constructed from the insertion of teachers in the elementary level of the public school system, associated with bibliographic references on the Theory of Entrepreneurship, which allow the elaboration of a possibility of interpretation of this reality.

Keywords: Enterprisation Theory. Education. Teachers.

- 1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPEL), Mestre em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atualmente é Professora na Rede Pública de Ensino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5320308500813042>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5482-6834>. Email: deboraolivo83@gmail.com
- 2 Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas e Graduada em Administração pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente é Professora Adjunta no Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO) na Universidade Federal de Pelotas (CCSO/UFPEL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1305335079185624>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4962-9833>. Email: larissa.tavares@ufpel.edu.br
- 3 Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e Graduado em Administração pela Universidade Federal de Rio Grande. Atualmente é Professor Associado no Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO) na Universidade Federal de Pelotas (CCSO/UFPEL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3615915503232216>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8810-7077>. Email: marcio.rodrigues@ufpel.edu.br

Introdução

O contexto educacional tem sido caracterizado pelas aceleradas práticas de produtividade que confirmam a ideia de empresa como uma referência ideal às organizações. Nesse sentido, sobretudo no trabalho docente, questões referentes à gestão do trabalho e à gestão de si, aos índices de aprendizagem escolares, às provas exclusivas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, às formas de controle de trabalho e dos corpos, aos registros burocráticos, acentuados, especialmente, por plataformas e sistemas virtuais, além das demandas referentes aos aspectos formativos cotidianos, compõem um universo de relações cuja racionalidade está centrada na produção de necessidades. Tragadas por essa realidade, as possibilidades de questionamento crítico tornam-se fragilizadas e, no cotidiano que consome energias e sensibilidades, passam a naturalizar esse processo que tem na ideia de empresa uma imposição econômica às relações.

Com base nessa perspectiva da realidade educacional, torna-se necessário compreender como esse cenário é construído e onde está o nexo entre essas práticas. A Teoria da Empresarização, desse modo, constitui um relevante aporte para a compreensão de uma realidade social na qual também a Educação constitui um objeto para a reprodução da sua ordem. Tal teoria compreende que, na sociedade moderna, a ideia de empresa tornou-se não somente uma referência às organizações, mas uma norma que deve conduzir e determinar comportamentos e hábitos, estando tão naturalizada nessa sociedade, que deixa de ser questionada.

Solé (2008), reconhecendo que praticamente todas as relações sociais possuem alguma ligação com a ideia de empresa, entende que essa referência é a força organizadora do mundo moderno, e está interiorizada pelos aspectos subjetivos do indivíduo. Com isso, o autor defende que essa ideia está associada a uma dimensão antropológica, uma vez que ela cria um novo sujeito em relação à sua formação humana e às suas práticas sociais, caracterizando um processo que ele chama de empresarização (Solé, 2008).

Conforme Rodrigues (2021), o processo de empresarização corresponde a uma combinação de mecanismos organizacionais, os quais são fortalecidos por um discurso acerca da eficiência, da modernização, da racionalidade, que, de modo contínuo, orienta as práticas sociais e consolida a ideia de empresa nas relações, naturalizando esse modelo de organização para a sociedade. Na análise deste autor:

[...] uma das principais manifestações do predomínio da empresa em nosso mundo consiste na adoção de práticas empresariais por organizações que, anteriormente, não possuíam essas características – em situações mais avançadas, verifica-se a transformação dessas em empresas. No Brasil, tal processo, na maior parte dos casos, é decorrente da busca por legitimidade e do desejo, direto ou indireto, de algumas organizações e instituições em serem reconhecidas como “modernas” por parte da sociedade (Rodrigues, 2013, p. 30).

Desse modo, é possível pensar nas formas como procedimentos característicos da lógica da empresa passam a definir, também, o contexto escolar, reconfigurando relações e evidenciando a lógica econômica como razão das práticas educacionais.

Intensificado pelo neoliberalismo, que busca, dentre outras estratégias de produção de capital, expandir a racionalidade econômica a todas as dimensões das relações sociais e dos seus indivíduos, o processo de empresarização passa a ser consolidado em todos os setores e sujeitos, tornando a ideia de empresa o centro da sociedade.

A partir do exposto, o presente estudo busca evidenciar a Teoria da Empresarização, considerando o campo da Educação, a fim de reconhecer esta perspectiva como um relevante aporte teórico que contribui para a compreensão e o debate em torno da atual realidade educacional. Justificado pela inserção em um contexto social no qual as práticas escolares, sobretudo as referentes ao trabalho docente, têm sido fortemente influenciadas pela ideia de empresa nas organizações, este artigo propõe-se a discutir o processo de empresarização como um fenômeno social que tem na produção de necessidades uma imposição econômica a qual tem redefinido, inclusive, as práticas na Educação.

Metodologia

A construção desta pesquisa tem início a partir da problematização da realidade social do trabalho docente, que passou a ser, de forma acelerada, influenciada por procedimentos relativos à lógica da empresa, cuja produção de necessidades orienta as práticas. Nesse sentido, parte de uma perspectiva autoetnográfica, uma vez que a autoetnografia corresponde a um método de pesquisa no qual o pesquisador não só observa um campo empírico e o objeto de investigação que busca estudar, mas participa desse campo, neste caso, por meio da prática docente exercida no nível fundamental da rede pública de ensino em uma escola situada na região metropolitana de Porto Alegre/RS, e, desenvolve-se com estudos bibliográficos acerca do tema da empresarização.

Santos (2017) aborda a autoetnografia como uma metodologia que reconhece a relevância de fatores subjetivos para a pesquisa, e que envolve a abordagem qualitativa para análise, salientando o esforço do pesquisador para a interpretação das situações sociais observadas. A reflexividade integra a constante avaliação e conscientização do pesquisador, de modo a auxiliar na contribuição da pesquisa a partir dos resultados obtidos. As memórias, a história de vida, a introspecção, a experiência pessoal e a entrevista constituem recursos etnográficos utilizados por essa metodologia, que oferecem elementos que contribuam para a descrição interpretativa do fenômeno observado, compondo, assim, dados para a pesquisa. O autor salienta a importância das narrativas e das experiências pessoais que caracterizam o sujeito pesquisador, também objeto da pesquisa, em uma dimensão política de sua ação, uma vez que esse sujeito, embora busque a neutralidade de sua pesquisa, faz parte dos processos que a constituem (Santos, 2017), considerando sua relação com outros sujeitos e possibilitando a representação e a interpretação da realidade em que todos interagem. Dessa forma, os pesquisadores usam suas próprias experiências para desenvolver entendimentos e percepções sobre um determinado contexto (Santos, 2017).

A partir desse fundamento, a pesquisa considera o método bibliográfico de estudos, recorrendo à interpretação de tese, artigos, livros, revistas que contribuam para explicar a realidade analisada, à luz da Teoria da Empresarização. Sousa, Oliveira e Alves (2021), ao discutirem os fundamentos e os princípios que compõem a pesquisa bibliográfica, entendem que esta é a premissa para a construção de análises científicas, visto que constitui uma etapa fundamental do levantamento de dados sobre o tema que será investigado. Para os autores:

A base da pesquisa bibliográfica são os livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa. Não basta realizar uma revisão bibliográfica que não irá contribuir no desenvolvimento, deve conter conhecimentos significativos que colaboram com a evolução do trabalho. Assim uma pesquisa bibliográfica se resume em procedimentos que devem ser executados pelo pesquisador na busca de obras já estudadas na solução da problemática através do estudo do tema (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 67).

Nesse cenário, é relevante observar o que Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000) e May (2004), ao tratarem das metodologias e comportamentos que envolvem as práticas de investigação, abordam. Para os autores, a pesquisa científica possui identificação com as percepções, os sentimentos, as motivações e as interpretações do pesquisador, fato que acompanha o princípio da vigilância epistemológica a fim de que esses elementos não prejudiquem a análise dos dados coletados. Essas questões relacionam-se com valores presentes no estágio inicial da pesquisa, na seleção do problema a ser investigado. Nesse âmbito, as fontes dos dados são definidas a partir de critérios como a interação do pesquisador com o meio a ser pesquisado, e seu afastamento científico, para não incorrer em análises seletivas ou que atendam somente aos interesses particulares, mas, sim, aos interesses sociais. Dessa forma, para a realização da pesquisa científica, é necessário reconhecer a ruptura entre a preferência do pesquisador e o campo que investigará, para que questões pessoais não alterem o conteúdo apreendido durante o estudo (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2000; May, 2004).

Considerando essas observações acerca dos procedimentos metodológicos que podem constituir a análise científica, esta pesquisa, de caráter predominantemente qualitativo, por propor uma interpretação do campo educacional a partir de uma realidade social, dedica-se a elaborar uma associação entre as práticas que têm sido realizadas nesse campo e a Teoria da Empresarização, a fim de evidenciar esta teoria como uma possibilidade de estudos na área da Educação.

A Teoria da Empresarização

Segundo a definição apresentada pelo portal eletrônico “Ciberdúvidas da Língua Portuguesa”, o termo *empresa* possui a seguinte explicação:

A palavra empresa do latim *imprehensa-, “empreendida”, pelo italiano impresa, “empresa”) significa «tarefa ou empreendimento de execução difícil e/ou laboriosa; realização; empreendimento; projecto». Em economia, é «organização individual ou colectiva, pública ou privada, que visa a obtenção de lucros através da produção de bens ou serviços; firma¹.

De modo a reconhecer que o que caracteriza o conceito de empresa é o fluxo de um processo de produção, o sufixo “ação” é aglutinado ao substantivo, que, da forma concreta – empresa –, passa a ser um substantivo abstrato - empresarização. Além disso, a formação dessa categoria é mediada pela classe de um verbo – empresarizar – para a qual a abstração do termo corresponderá à expansão do seu sentido.

A partir dessa observação inicial, é possível entender que o termo *empresarização* corresponde a um processo social em que a ideia de empresa torna-se o centro das relações, e que, com isso, mais do que voltado às dinâmicas de trocas, está fundamentado em uma lógica de produção de necessidades, sociais e individuais, passando a ser essa uma referência de organização à sociedade. Nesse sentido, a Teoria da Empresarização discute o processo de generalização da ideia de empresa nas relações sociais, que, intensificado pelo neoliberalismo, avança com a lógica da produção de necessidades para todas os setores e sujeitos. Sendo assim, a Teoria da Empresarização é construída a partir da percepção de que a ideia de empresa constitui as relações modernas e que está consolidada, sobretudo, por estratégias de alcance subjetivo nessas relações. Portanto, estuda as formas como as organizações adotam procedimentos condizentes à lógica empresarial, voltadas a pressupostos como gestão, eficiência, concorrência, cálculos, controle, e os modos de vida e hábitos produzidos a partir dessa realidade, considerando que há, na sociedade moderna, um processo de empresarização das relações.

Na concepção de Abraham (2006), a empresa é uma instituição das sociedades modernas a qual produz modos de pensar e agir nos indivíduos bem como orienta seus comportamentos, e constitui um modelo social a essas organizações (Rodrigues; Silva, 2019b).

Weber (2004) discute a forma empresa a partir da noção de eficiência e da racionalidade do trabalho moderno, atribuindo à burocracia um tipo ideal às organizações. Essa burocracia, interpretada pelo autor, concerne a procedimentos técnicos que otimizam o trabalho administrativo e que não criam obstáculos para a efetivação desse trabalho, descartando aspectos de ordem sentimental, considerados irracionais, em benefício do cálculo, da racionalidade, e da impessoalidade nas relações (Weber, 1978). Fatores como a especialização para a realização das atividades, a divisão das tarefas, os salários e os cargos assumidos são, nessa compreensão, elementos necessários à administração das organizações modernas (Weber, 1978). Nessa lógica, a burocracia comporta meios de dominação estabelecidos, sob diferentes ângulos, por relações de obediência e autoridade que legitimam a empresa como modelo para essas organizações (Weber, 1978).

1 Fonte: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-definicao-da-palavra-empresa/24084#:~:text=A%20palavra%20empresa%20do%20latim%20%2Aimprehensa%20-%2C%20%22empreendida%22%2C,de%20execu%C3%A7%C3%A3o%20dif%C3%ADcil%20e%20Fou%20laboriosa%3B%20realiza%C3%A7%C3%A3o%3B%20empreendimento%3B%20projecto%20%20BB>. Acesso em:

Para Solé (2008), a ideia de empresa é uma condição presente no cotidiano, e está articulada por diferentes meios que definem o mundo moderno. Na análise do autor, o mundo é organizado por e para a empresa, e, especialmente com o contexto de globalização do mundo e com princípios neoliberais que expandem a lógica do capital a todas as esferas, a ideia de empresa está relacionada à concepção de felicidade, de satisfação das necessidades de consumo, as quais são constantemente produzidas na sociedade. Nesse sentido, a ideia de empresa está associada a uma dimensão antropológica, uma vez que pretende criar um novo sujeito social, considerando a racionalidade econômica para todas as suas dimensões (Solé, 2008). Para o autor, a empresa é uma organização histórica e característica deste mundo, um fenômeno social total e um evento, e apresenta traços que diferem essa de outras formas de organização, os quais contemplam a o entendimento de que a empresa é uma propriedade privada que produz mercadorias e também o indivíduo, de que ela implica em seres humanos insatisfeitos e de que essa organização produz uma determinada concepção de felicidade (Rodrigues, 2013). Nas palavras de Solé (2008):

[...] a empresa é a “força organizadora” desse mundo, uma maneira de dizer que nosso mundo é organizado para e pela empresa e não pelo e para o mercado; sendo muito antes que uma entidade econômica, produzindo e difundindo uma nova concepção da felicidade na história humana, a empresa é um acontecimento antropológico; surgida a partir do século XII na Europa, a empresa criou um homem novo que conquistou a totalidade (ou quase) da humanidade.

A empresa, conforme Pagés *et al.* (1993) explicam, é constituída por alianças formadas pela dualidade entre restrições (coerções) e privilégios aos funcionários, o que sustenta o desenvolvimento da sua lógica na organização. Na análise dos autores, ela é um “*sistema quase perfeito para ocultar as contradições*” (Pagés *et al.*, 1993, p. 16). Além disso, considerando uma ordem econômica, política, ideológica e psicológica e subordinando forças para o seu objetivo social, a empresa desenvolve simultaneamente mecanismos de produção capitalista, controla os indivíduos, antecipa e resolve contradições e media soluções, evitando ou amenizando possíveis conflitos coletivos (Pagés *et al.*, 1993, p. 28).

No contexto social em que a ideia de empresa avança nas organizações e nos indivíduos, o processo de empresarização, que expande e, por meio de um conjunto de mecanismos, consolida a lógica da produção de necessidades como uma ordem econômica, torna-se o fundamento da Teoria da Empresarização.

Rodrigues (2021) analisa o processo de empresarização como um fenômeno social total, uma vez que este fenômeno se manifesta mundialmente e em todos os campos sociais, sob práticas e discursos acerca da modernização, da racionalidade, da gestão, da eficiência, sendo a empresa considerada uma referência para as relações sociais. No estudo do autor, o processo de empresarização é pluridimensional, visto que é constituído por diferentes mecanismos que atuam, sobretudo, no âmbito subjetivo, de modo a legitimar a empresa como uma condição para essas relações.

No processo de empresarização, conforme observa Rodrigues (2013), o discurso constitui uma estratégia subjetiva que, associada a outros mecanismos, passa a naturalizar a ideia de empresa tanto nas organizações quanto fora delas. Tendo em vista que essa dimensão corresponde a uma forma de produção de relações de poder, Rodrigues (2013) argumenta que o discurso compõe um instrumento para a perpetuação dessas relações e para orientar modos e comportamentos referentes à lógica que ele consolida. Desse modo, o discurso determinado pela empresa torna-se crucial para a validação do processo de empresarização nas práticas sociais. Como destaca o autor:

Em síntese, tal discurso, compreendido como aquilo que norteia alguns saberes e as práticas dominantes da sociedade moderna, é o resultado da associação de diversos eventos discursivos que consolidaram e naturalizaram cada uma das maneiras de agir e de pensar que fundamentam (e são fundamentadas pela) a empresa (Rodrigues, 2013, p. 38 - 39).

Construindo o debate em torno da Teoria da Empresarição, Rodrigues e Silva (2019a) ressaltam que as formas como organizações que, em tese, não seriam caracterizadas pela lógica empresarial, acabam adotando estratégias condizentes a essa lógica, reconfigurando suas práticas e assumindo aspectos relativos à ideia de empresa. Nesse sentido, organizações e setores, como igreja, clubes de futebol, cultura e educação, dentre outras, passam a fundamentar suas relações a partir da dinâmica de produção de necessidades. Desse modo, o processo de empresarição passa a predominar nas práticas sociais, alcançando a todos os campos de atuação.

A partir do exposto, e reconhecendo que a Teoria da Empresarição oferece um aporte substancial à compreensão da realidade, torna-se oportuno associá-la ao contexto educacional, uma vez que ela permite conhecer a lógica que subjaz as relações, bem como explicar a associação entre os eventos sociais. O tópico seguinte dedica-se a essa discussão.

A teoria da empresarição e a realidade educacional a partir do nível fundamental de ensino

Como apresentado na sessão anterior, a Teoria da Empresarição concerne a um processo caracterizado pela forte influência e expansão da ideia de empresa nas organizações sociais modernas. Nesse sentido, é possível observar que o contexto educacional se insere em uma ordem econômica que tem na lógica da produção de necessidades uma imposição social. Nessa condição, práticas referentes à burocratização, ao controle, à concorrência, dentre outras, consideradas como um modelo de racionalidade, representam estratégias que buscam consolidar a ideia de empresa como centro da sociedade e que, assim, legitimar comportamentos em que a produção e a satisfação de necessidades correspondam à lógica desse processo.

Considerando uma perspectiva autoetnográfica de trabalho docente no nível fundamental de ensino, é possível reconhecer a acelerada inclusão e o forte predomínio da ideia de empresa no contexto educacional, uma vez que a lógica fundamentada na produção de necessidades passou a produzir uma espécie de sentido às relações e às práticas. E essa lógica se consolida por meio das pequenas unidades que caracterizam esse trabalho, visto que uma questão específica, como, por exemplo, o simples preenchimento de um caderno de chamada em um sistema virtual, desdobra-se em novas outras necessidades, como o preenchimento de dados secundários ou terciários ao objetivo do registro, o que acaba tornando esse uma tarefa burocrática que consome o tempo que poderia ser dedicado a uma atividade mais relevante à prática docente, como, por exemplo, a elaboração de projetos educacionais e a formação continuada de professores, considerando, especialmente, o campo da Sociologia.

Tragtenberg (2012), analisando as formas como a Educação sucumbe às dinâmicas capitalistas de burocratização, entende que:

A burocracia, enquanto classe dominante [...], elemento de mediação com a sociedade global, exercendo o poder político, perfila-se ante a história como uma forma de dominação burocrático-patrimonial ou “modo asiático de produção”. No modo asiático de produção, o déspota oriental representa a confluência de um processo social que se inicia com a burocracia, surgindo das necessidades técnicas [...] e finalizando como poder de exploração, efetuando-se, assim, a transitividade da burocracia enquanto cumpridora de funções de organização e supervisão para a burocracia como detentora do monopólio do poder político (Tragtenberg, 2012, p. 224).

Nesse sentido, é possível associar os procedimentos burocráticos à imposição da lógica da empresa, uma vez que esta torna-se a norma às organizações e aos indivíduos.

Como outro pressuposto do modelo de empresa, o princípio da concorrência materializa-se nas relações sociais em diferentes níveis de abordagem, sejam estes manifestados por meio de provas e avaliações que devem compor os índices relativos à ideia de qualidade da Educação, ou

de formas subjetivas que naturalizam essas dinâmicas. Laval (2019) reconhece que a prática da concorrência é estimulada entre as escolas, considerando a concorrência existente não somente no que diz respeito à competição entre escola particular e escola pública, mas entre as próprias escolas públicas (Laval, 2019). Para o autor, esse é um dos exemplos que demonstram o efeito da empresarização na Educação.

Essa disputa é estimulada, também, na dimensão psicológica de seus atores, e está associada à transferência de condições sociais ao âmbito do indivíduo. Sob formas de premiação a professores, pelo reconhecimento de suas práticas de caráter inovador, a lógica em foco concerne a formas de gestão que estão na dimensão individual, o que, de modo particular, estimula esse sujeito a superar as condições que o excluem desse reconhecimento ao mesmo tempo que o constrange diante da não consecução do objetivo pretendido. Na análise de Dardot e Laval (2016), a competição deve guiar as dinâmicas sociais, dentro de um “espírito de empreendimento” (Dardot; Laval, 2016, p. 155).

Silva (2016), ao analisar políticas de avaliação de desempenho de professores e recompensas destinadas a estes, por meio de programas municipais e estaduais, que incentivam, sobretudo, a concorrência entre professores e escolas, salienta:

Em relação às políticas de incentivo salarial, Cassettari (2012) apresenta os três principais modelos de remuneração de professores por desempenho existentes no país: pagamento por mérito individual, bonificação com base no resultado das escolas e pagamento com base nos conhecimentos e habilidades dos professores. O pagamento por mérito individual, em geral com bônus financeiro, fundamenta-se na ideia de que premiar os professores que mais se destacam em avaliações individuais consiste em uma recompensa por seus esforços, além de estimular o conjunto do corpo docente a melhorar seu desempenho (Silva, 2016, p. 515).

Cabe ressaltar que no atual contexto educacional, o reconhecimento financeiro baseado especialmente nos níveis de formação profissional, e não em competições aleatórias, tornou-se motivo de reivindicações da categoria docente, devido ao avanço da onda neoliberal que, dentre outros predicados, retira direitos sociais, e cuja centralidade é a ideia de empresa.

As práticas de concorrência, nesse contexto, não asseguram as mesmas possibilidades de participação em premiações a todas as escolas e a todos os professores, que se tornam, entre si, competidores. Nesse sentido, o princípio da concorrência influencia comportamentos e percepções voltados à gestão que, dentro da concepção de empresa, determinará a produção de novas necessidades.

Outro exemplo que tem caracterizado o contexto educacional a partir de procedimentos empresariais concerne à instalação de ponto-eletrônico na escola, cujos objetivos encontram-se em planos além da esfera material, quer dizer, a ideia de reduzir custos ou controlar os corpos docentes produz uma subjetividade na qual a concepção de controle passa a definir as relações.

Foucault (1987), ao analisar as instituições e observar formas de construção de controle dos corpos dos indivíduos, percebe o aspecto simbólico instaurado para o exercício desse controle. O Panóptico, sistema pensado para controlar os corpos, inicialmente na prisão, representa um modelo de controle dos impulsos e corresponde a um exemplo de uma estrutura social que vigia seus agentes a fim de obter a adesão desses aos objetivos e interesses em voga, considerando o condicionamento das ações desses agentes e a limitação do seu pensamento em relação a elas (Foucault, 1987). Nesse sentido, a vigilância não ocorre exclusivamente de um sujeito em relação ao outro, por meio de registros e outras formas de inspeção. O controle de si e o medo de desobedecer a ordens determinadas direcionam o indivíduo para práticas disciplinares nas organizações sociais.

A metáfora da prisão psíquica, analisada por Foucault (1979), na qual os sujeitos têm a impressão de estarem sendo vigiados em suas ações, o que os faz dedicarem-se somente a elas, sem questioná-las, pode ser identificada, desse modo, nos mecanismos de controle que constituem

o processo de empresarização, também, na organização escolar, pois a sensação de vigilância passa a consolidar a ideia de empresa, inclusive, nesse contexto.

Associado aos pressupostos referentes a formas de controle, gestão e racionalidade burocrática, está o âmbito da subjetividade da linguagem. Rodrigues (2021) entende a produção e a propagação do discurso como um ato fundamentalmente social e dialógico, que demonstra relações de poder e hierarquias sociais, e como um meio para consolidar, a partir de uma única concepção, a ideia de empresa na sociedade. Na análise do autor:

Relacionadas, em sua maioria, ao discurso de enxugamento e de flexibilização estrutural, tais manifestações exaltam a competitividade, o comprometimento, o pensamento empresarial, o aprendizado constante, a diversificação da formação dos saberes [...], o caráter generalista, a educação para o mercado e a receptividade a mudanças (Rodrigues, 2013, p. 248).

Laval (2019), ao analisar as transformações educacionais a partir de um contexto de intensificação da lógica da empresa, discorre, dentre outras questões, sobre a inclusão cotidiana, sobretudo, no trabalho docente, de termos cuja referência pertence ao universo empresarial. Para o autor, esse processo conduz às transformações da linguagem escolar e constitui formas de naturalização da ideia de empresa nesse contexto. Laval (2019) identifica alguns desses termos e suas substituições, demonstrando o avanço da lógica da empresa no campo educacional, como, por exemplo, *conhecimento*, que passa a ser designado por *competência*; *emancipação política*, que passa a ser substituído por *eficiência produtiva*; *desenvolvimento pessoal*, trocado por *inserção profissional*; *conteúdos apropriados*, convertido para *exigências do universo econômico* (Laval, 2019, p. 23 e p. 24).

Com base nesses breves exemplos que demonstram um processo de generalização da ideia de empresa, de modo especial, no campo educacional, é possível perceber que o sentido entre as práticas e as relações está sendo determinado pela lógica da produção de necessidades, e que cada mecanismo de consolidação da lógica de empresa sustenta um conjunto de outras novas necessidades para as quais o âmbito econômico será imperativo. Para a compreensão dessa realidade, a Teoria da Empresarização fornece um aparato metodológico que permite elaborar uma relevante interpretação do fenômeno que tem na ideia de empresa a centralidade das relações sociais, particularmente as que estão sendo produzidas no campo educacional.

Considerações finais

Este estudo pretendeu evidenciar a Teoria da Empresarização como uma perspectiva que auxilia a compreensão sobre as práticas sociais, de modo particular, no contexto educacional. Para isso, discuti a ideia de empresa como centro de um processo de generalização da lógica de produção de necessidades, reconheceu o processo de empresarização como um fenômeno social que torna a ideia de empresa o centro das organizações, e abordou, a partir do trabalho docente, o contexto educacional, de modo a reconhecer no cotidiano desse trabalho, formas de consolidação da lógica da empresa e de naturalização do referido processo.

O estudo não se dedicou a discutir de modo mais acentuado o neoliberalismo, haja vista que sobre esse tema há um vasto campo de análises sociológicas e educacionais. No entanto, referiu o seu sentido para o interesse da discussão pretendida, considerando que essa doutrina busca intensificar a ideia de empresa, inclusive, no âmbito do sujeito, o que requer uma análise mais profunda, em termos de extensão, conteúdo e formato textual.

A partir de um contexto de trabalho docente, associado às referências teóricas aqui abordadas, foi possível observar que, de um modo geral, a Teoria da Empresarização resulta encoberta por dinâmicas que buscam acelerar a lógica da produtividade, sobretudo, no campo da Educação. Nessa realidade, embora existam desconfortos e críticas sobre o avanço da lógica empresarial nas organizações, essas fundamentam-se na discussão sobre o neoliberalismo e seus

preceitos, e parecem estar voltadas ao debate em torno de uma ordem que institui a redução de gastos e a obtenção de lucros, o que, associado a outras condições, torna o conhecimento sobre o processo de empresariação ainda nebuloso. Há, assim, uma lacuna em relação a esse conhecimento, para a qual urge a divulgação, especialmente, por meio de espaços dedicados à construção de análises sociais, da Teoria da Empresariação, motivo pelo qual o presente artigo pretendeu abordar essa Teoria como um aporte à compreensão da realidade educacional.

Os exemplos das práticas de trabalho docente a partir dos quais foi possível perceber a lógica da empresa, também, no campo da Educação, não visaram a ser a totalidade de uma realidade social, mas, sim, por meio da relação entre os mecanismos de consolidação da lógica da produção de necessidades no contexto em questão, uma perspectiva de interpretação construída com a lente da Teoria da Empresariação.

Considerando a discussão aqui proposta, torna-se oportuno finalizar este texto registrando o que Rodrigues e Silva (2006), ao reconhecerem a ideia de empresa como referência para as práticas sociais, constataam:

De acordo com Solé, buscando a perpetuação dessas organizações e na falta de um outro modelo organizacional, a empresa, apoiada em pressupostos de eficácia, qualidade, resultados e perpetuação, tem se firmado como o modelo de todas as atividades humanas. Nesse sentido, não é raro encontrar organizações que, orientadas pelo modelo empresarial, passam a adotar características que anteriormente eram exclusivas das empresas. Por exemplo, hoje em dia, as organizações usam a linguagem, os métodos, as ferramentas das empresas, além disso, estão sujeitas à concorrência e buscam o benefício econômico (Rodrigues; Silva, 2006).

A Teoria da Empresariação, desse modo, lança luzes para o questionamento acerca de um processo que tem sido socialmente construído e consolidado, uma vez que reconhece que, ainda que a ideia de empresa represente um modelo à sociedade moderna, como sugere Solé (2008) ao reconhecer a possibilidade de extinção dessa lógica, ela não é a única alternativa às relações.

Referências

ABRAHAM, Yves-Marie. *L'entreprise est-elle nécessaire?* In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echarlar. 1. ed. Paris, France: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. - 3.ed. - Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vincent; DESCENDRE, Daniel. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

RODRIGUES, Marcio Silva. **O novo ministério da verdade**: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil. Orientadora: Rosimeri Carvalho da Silva. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Clientes ou torcedores: a empresarização do futebol no Brasil. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 13, n. 2, p. 167-184, 2006.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Empresarização e Modernidade: A Ideia de Empresa no Centro do Mundo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, p. 40-76, 2019a.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Nova república, novas práticas: uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990-2010). **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 176-218, 2019b.

RODRIGUES, Marcio Silva. S. O Novo Ministério da Verdade: o discurso de Veja sobre o ensino superior e a consolidação da ideia de empresa no Brasil (1968-2020). **Discurso & Sociedad**. v.15, n.2, p. 464-497, 2021.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 214–241, 2017.

SILVA, Andréia Ferreira da. Políticas de *accountability* na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **RBPAE** - v. 32, n. 2, p. 509 - 526 mai./ago. 2016.

SOLÉ, Andreu. L'enterprisation du monde. In: CHAIZE, Jaques; TORRES, Félix. **Repenser l'entreprise**: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

SOUSA; Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário Alves. Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p. 64-83, 2021.

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e Burocracia**. São Paulo: UNESP, 2012.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. São Paulo: Editora UnB, 2004.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da burocracia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Recebido em 05 de fevereiro de 2024.

Aceito em 12 de abril de 2024.